

ANÁLISE DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA(S) IDENTIDADE(S) INSTITUCIONAL(AIS) DE UMA UNIVERSIDADE: A CONTRIBUIÇÃO DE CASTELLS

Stella Cecilia Duarte Segenreich

Introdução

O processo de construção da identidade institucional da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro é analisado, neste documento, a partir da contribuição de dois autores que serviram de base para estruturar o texto: Manuel Castells (2006) pela sua distinção de diferentes formas e origens de construção de identidades sociais e David Silverman (1970), por sua formulação da abordagem da ação no estudo das organizações, na qual são definidos os principais passos de análise de uma trajetória institucional.

Três fontes de informação tornaram esta análise possível: (a) relatório do estudo de caso realizado entre 1988 e 1990, com o objetivo geral de investigar o significado, para a comunidade da Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro (PUC-Rio), da questão da participação no cotidiano da Universidade, face ao seu projeto historicamente construído (SEGENREICH, 1990), do qual serão, inclusive, retiradas algumas falas das entrevistas realizadas; (b) consulta a documentos gerados para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) dessa universidade, no segundo semestre de 2002; e (c) resultados da pesquisa institucional, desenvolvida na Universidade Católica de Petrópolis (SEGENREICH, 2003), sobre questões e possibilidades da inserção na Educação a Distância no sistema de Educação superior, na qual a PUC-Rio também foi objeto de estudo, juntamente com a Universidade Castelo Branco.

Manuel Castells (2006) entende por identidade “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado”(p.22). O autor afirma que pode haver identidades múltiplas tanto para um indivíduo como para um ator coletivo e que essa multiplicidade é fonte de tensão e contradição, que se reflete tanto na ação social como na auto-representação.

Partindo do pressuposto de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída, ele estabelece como questões centrais saber como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece. Em uma primeira tentativa de resposta afirma que “a construção de identidades vale-se da matéria prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de

cnho religioso” (CASTELLS, 2006, p.23). Tomando como base que a construção da realidade ocorre em um contexto marcado por relações de poder, perspectiva extremamente pertinente quando se pretende estudar processos de construção de identidade de instituições universitárias, esse autor distingue três formas e origens de construção de identidade coletiva - identidade legitimadora, identidade de resistência e identidade de projeto – que serão aqui apresentadas nas próprias palavras do autor:

Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais [...]

Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/ condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos [...]

Identidade de projeto: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social. (p.24)

Apesar de Castells associar teoricamente essas formas de construção de identidade a tipos específicos de instituição – a identidade legitimadora á sociedade civil, a identidade de resistência a comunas ou comunidades e a identidade de projeto a um projeto comum vivenciado e partilhado pelos seus integrantes - a proposta desse trabalho é pensar a universidade como uma instituição complexa que, em sua trajetória histórica, sofre a influência das diferentes formas de construção de identidade coletiva enunciadas pelo autor. A análise do processo de construção da identidade institucional de uma das mais antigas universidades do Brasil, como a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, certamente será de grande valor ilustrativo

Os momentos ou períodos da trajetória histórica da PUC-Rio foram definidos de acordo com os passos de análise propostos por Silverman (1970) em sua abordagem da ação: origem da organização, ação na organização e mudança organizacional.

Sobre a *origem da organização*, chama ele a atenção para o fato de que as organizações são criadas por uma pessoa específica ou um grupo específico, com uma proposta de identidade de projeto, ainda em fase de protocolo de intenções. Tornar-se-ia então necessário perguntar: “Quem são estas pessoas e qual a natureza dos fins e das definições de situação que os levam a formar uma organização com determinado objetivo?”(SILVERMAN, 1970, p.148). No caso da PUC-Rio, a Universidade surgiu por iniciativa da Igreja Católica e se constituiu na primeira universidade particular aprovada pelo então Conselho Nacional de Educação, em 1946, após longa luta travada por seus representantes.

Em relação ao problema da *ação nas organizações*, Silverman assinalou que o modelo de relação social original pode mudar através dos anos, na medida em que as expectativas de certos

atores não são atingidas, ou que novos atores entram em cena. Como consequência, eles podem ou não alterar o sistema de expectativas vigente. Neste caso, não podem ser esquecidos os atores “externos”, individuais e institucionais, que, evidentemente, também exercem influência sobre a trajetória da instituição. A década de 1960, por exemplo, foi escolhida por representar um dos momentos em que o embate entre os processos de legitimação, resistência e construção de um projeto para a PUC-Rio se fez muito presente.

Quanto à *mudança organizacional*, ela pode ser entendida tanto como uma mudança das regras do jogo como uma mudança do comprometimento dos atores para com elas. Neste documento, a questão da mudança é enfocada em dois momentos que marcaram a trajetória da instituição: a década de 1960, quando a PUC-Rio implanta seu modelo institucional de excelência, baseado na pós-graduação e pesquisa; e a década de 1980, quando a direção da Universidade reavalia sua identidade institucional, frente a mudanças em seu contexto de atuação.

Na organização do trabalho, procurou-se manter os momentos ou períodos já mencionados - origem da Universidade, reformas da década de 1960, processo de redefinição de trajetória nos anos 1980 - e destacar neles exemplos ilustrativos dos processos descritos por Castells, que permitem perceber momentos marcantes do processo de construção da identidade (ou identidades) da PUC-Rio como universidade .

A Origem da Universidade: o projeto e o processo de legitimação

Segundo Salem (1982), a criação, em 1941, das Faculdades Católicas, que deram origem à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, foi um dos produtos de intenso trabalho da Igreja no sentido de criar uma alternativa não só ao modelo de universidade proposto no Estatuto das Universidades Brasileiras, elaborado por Francisco Campos em 1931, como também iniciativas tais como a proposta da Universidade do Distrito Federal, concebida por Anísio Teixeira e instalada em 1935.

Este processo tem sua origem na criação do Centro D. Vital, em 1921, pelo então bispo auxiliar D. Leme, que se desdobrou em uma série de organizações e associações especializadas: a Associação de Universitários Católicos, em 1929, e o Instituto Católico de Estudos Superiores, em 1932, sendo este o primeiro germe da futura Universidade Católica. No discurso de abertura do Instituto Católico de Estudos Superiores, em 1932, o Padre Leonel Franca (1954) antecipa as finalidades que deveriam ser cumpridas pela futura Universidade Católica no Brasil, pautadas no modelo da Universidade de Louvain, criada em 1834, na Bélgica: (a) integrar o movimento internacional do renascimento filosófico católico e, concomitantemente, servir como um modelo

alternativo de organização universitária; e (b) ressocializar as elites dirigentes segundo os princípios ético-religiosos a fim de tornar-se possível instaurar um modelo alternativo de sociedade.

É importante ressaltar que a referência a um modelo alternativo de organização universitária significa uma posição crítica deste grupo ao modelo de universidade proposto pela Reforma Campos, uma das primeiras iniciativas da política educacional autoritária que se instalou no poder central a partir de 1930. Alceu Amoroso Lima, que desde o inquérito de 1927 já sustentava que a “faculdade de teologia era uma necessidade urgente para dar à nossa Universidade a universalidade que por natureza deve possuir” (1931, p. 17), fez severas críticas à exposição de motivos que acompanhava a reforma proposta.

Em 1940, D. Leme confiou à Companhia de Jesus a direção pedagógica e administrativa da futura Universidade, que, com o nome de Faculdades Católicas começou a funcionar em março de 1941. Na solenidade de abertura dos seus cursos foi reafirmada a ligação entre as finalidades a serem cumpridas pela futura Universidade Católica e as escolas instituídas: a Faculdade de Filosofia como núcleo de renascimento do ideário filosófico e pedagógico, e a Faculdade de Direito como formadora das elites dirigentes.

Instalados os cursos, o passo seguinte dizia respeito ao reconhecimento oficial da nova instituição, que enfrentou algumas dificuldades. Segundo depoimento de Amoroso Lima (que era, desde 1931, o representante católico no Conselho Nacional de Educação, juntamente com o padre Leonel Franca), as dificuldades provinham não tanto do fato de tratar-se de um pedido referente a um estabelecimento confessional, mas, antes, por haver, dentro do Conselho, uma corrente “de resistência” ao projeto francamente favorável ao monopólio estatal do ensino superior. Ao final, foi aprovado o pedido de oficialização e, pelo Decreto Governamental nº 10.895, de 01/12/1942, as Faculdades Católicas foram equiparadas às oficiais, com o poder de expedir diploma de igual valor. Pelo Decreto nº 8.681, de 15/03/1946, as Faculdades Católicas foram elevadas à categoria de Universidade, dando nascimento à primeira universidade particular do Brasil.

Quanto à proposta de criar uma universidade como alternativa à proposta da Reforma Campos, como defendia o grupo católico, é importante registrar que a pressão normativa, fiscalizadora e centralizadora do governo federal tornou-se crescente no decorrer da década de 1930. Segundo Fávero, “após o golpe de 1937, uma das grandes preocupações do Estado foi colocar a educação a serviço da ideologia vigente” (2000, p.86), nela incluindo, evidentemente, todo o sistema de ensino superior. Nessa linha a ênfase recai no processo de organização da Universidade do Brasil, concebida por Capanema, em 1935, como modelo padrão de

Universidade, mas que, a partir de 1937, torna-se, nas palavras de Fávero, efetivamente “o *modelo outorgado* pelo governo central para as demais universidades e cursos superiores do País” (idem, p.91). Tendo em vista que o governo federal somente considerava equiparadas às faculdades oficiais aquelas instituições que atendessem totalmente às normas e padrões ditados pela União, não admira que o primeiro estatuto da Universidade Católica contivesse artigos transcritos diretamente do Decreto de Francisco Campos, e que sua estrutura organizacional fosse análoga ao modelo padrão de universidade brasileira, como parte do processo de legitimação da identidade universitária de PUC-Rio frente ao Estado.

No ano seguinte ao da criação da Universidade, ela reafirmou sua identidade confessional frente à Igreja ao receber o título e as prerrogativas de Pontifícia, equiparando-se às suas congêneres espalhadas pelo mundo. Entretanto, a Faculdade de Teologia defendida por Alceu de Amoroso Lima só veio a ser criada mais tarde, e este atraso leva-nos a refletir sobre o “sucesso” da implantação da Universidade Católica em relação à “identidade de projeto” da intelectualidade católica que a gerou. Para Tania Salem (1982), por exemplo, a PUC-Rio, desde sua origem, se institucionalizou mais como um centro de excelência acadêmica do que como veículo de evangelização. Um dos indicadores apontados pela autora para chegar a esta conclusão foi a criação da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1948, antes da Faculdade de Teologia.. O próprio padre Franca, ao discursar no Palácio do Catete no ato de assinatura da autorização prévia de seu funcionamento, justifica sua criação nos seguintes termos: “ela nasceu de uma percepção viva das exigências técnicas do País” (1954, p.140).

As Reformas da Década de 1960

Durante as duas primeiras décadas de sua existência, a PUC-Rio, dentro da estrutura do ensino de então, funcionou como um conjunto de escolas cujo corpo docente, a não ser por iniciativas pessoais isoladas, dedicava-se puramente à atividade de ensino. Às quatro unidades que iniciaram a Universidade foram acrescentadas novas escolas, faculdades e institutos, totalizando, em 1960, 14 unidades.

No início da década de 1960, no entanto, um grupo de docentes e dirigentes da Universidade começou a buscar novas direções. Nesta ocasião, numa atitude pioneira para uma universidade particular, a PUC-Rio, utilizando recursos próprios, montou seus primeiros laboratórios e contratou seus primeiros docentes em tempo integral para desenvolver, de forma sistemática, atividades de pesquisa. Este fato foi lembrado pelo Padre Amaral Rosa, SJ¹, membro

¹ A entrevista foi realizada em 1988 e o entrevistado exercia o cargo de Vice-Reitor Acadêmico da Universidade

do corpo de dirigentes nessa época e um dos entrevistados no momento da pesquisa que serviu de base a esse trabalho. Segundo ele:

Foram-nos entregues aquelas casas e nós montamos então os primeiros laboratórios de Física, Química e uma pequena oficina mecânica. Logo mais, o então reitor Pe. Alonso cedeu um andar completo do atual prédio da Física para mostrar os laboratórios novos, isso foi entre 59 e fim de 60... Em 1960 aconteceu também que chegou o primeiro computador... quando chegou o computador tivemos que improvisar tudo, porque era a primeira máquina deste tipo que chegava ao Brasil; não havia gente preparada nem nada, mas a coisa foi adiante. (DIR – 143 – 3 e 4, *apud* SEGENREICH, 1990, p. 282)²

Essa mudança de direção da PUC-Rio em termos de valorização da atividade de pesquisa no cotidiano da universidade foi “sacramentada” nos novos estatutos da universidade, elaborados em 1962 (PUC/RJ, 1962). Em seu artigo primeiro, passou a ser definida como uma das finalidades da Universidade manter e desenvolver o ensino superior e a pesquisa, ao invés de manter e desenvolver o ensino, como prescreviam os estatutos de 1950. Importa registrar que a mudança de estatutos não se restringiu ao atendimento burocrático das exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1960, o que caracterizaria um processo puramente legitimatório, mas uma mudança de identidade de projeto assumida por um significativo número de atores (jesuítas e leigos) como modelo a ser perseguido, que resultou na formação de uma massa crítica de docentes com titulação acadêmica de doutorado e tempo integral de dedicação.

Por isso mesmo, quando o então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), por meio do Fundo de Desenvolvimento Técnico Científico (FUNTEC), resolveu apoiar a pós-graduação e pesquisa em universidades, a PUC-Rio conseguiu ser uma das entidades escolhidas para receber este apoio governamental. Entretanto, de acordo com as prioridades governamentais de então, as áreas de Física, Química e Informática foram privilegiadas e a instituição aceitou, mesmo sabendo dos problemas que iria enfrentar para desenvolver sua identidade de projeto de instituição voltada para o ensino associado à pesquisa, como um todo. Um grande avanço da Universidade foi a implantação de cursos de pós-graduação *stricto sensu* nas áreas prioritárias, logo na primeira metade da década de 60.

Segundo o mesmo dirigente anteriormente citado, o fato de a PUC começar a receber financiamento para pesquisa, para estudo e para ensino foi vital e criou uma tradição permaneceu até a década de 1980, com muitos problemas para a construção de sua identidade institucional. A partir daquele momento, passaram a existir duas realidades na PUC-Rio: as áreas financiadas

² Para entender a codificação: a entrevista foi realizada com um dirigente (DIR) da Universidade, foi identificada pelo número 143, e a citação se refere às falas 3 e 4, unidades de registro da análise de conteúdo.

pelo governo federal (área tecnológica e ciências básicas) e as áreas não financiadas (ciências humanas e sociais). Apesar dos esforços da Universidade em tentar, com recursos próprios, estender o modelo de ensino e pesquisa integrados às áreas não financiadas, não foi possível impedir a defasagem entre elas e os conflitos institucionais decorrentes.

Em meados da década de 1960, um conjunto de documentos legais, inicialmente voltados para as universidades federais, culminaram na Reforma Universitária de 1968/69, que abrangeu todo o sistema de educação superior. Tendo em vista a dependência da PUC em relação às verbas governamentais, e a tendência cada vez mais presente de institucionalizar a pós-graduação e a pesquisa, não admira que os dirigentes da Universidade tenham se antecipado à Reforma Universitária de 1968 no sentido de viabilizar sua própria reforma estrutural, com o objetivo de buscar um equilíbrio entre a necessidade de legitimação frente o Estado e a manutenção do processo de construção de um modelo próprio de universidade voltada para a pesquisa e excelência de ensino.

O projeto oficial de Reforma da Universidade, elaborado por um grupo de trabalho designado pelo reitor em julho de 1966, foi apresentado ao Conselho Universitário em março de 1967, tendo sido aprovado em outubro do mesmo ano. No processo de formulação e aprovação do projeto de Reforma da PUC-Rio, entre 1966 e 1969, dois atores externos tiveram participação significativa por representarem o contexto de reformas por que passava todo o sistema de ensino superior na segunda metade da década de 1960: o professor Rudolph Atcon, que elaborou uma proposta para a reestruturação da PUC-Rio a pedido da direção da própria Universidade, e o conselheiro Newton Sucupira, que foi relator do projeto de reforma da Universidade no Conselho Federal de Educação.

Convidado a opinar sobre as idéias de reforma em debate na PUC-Rio, o professor Atcon elaborou um estudo no primeiro semestre de 1966, no qual retomou princípios gerais, baseados na concepção norte-americana de universidade que ele já havia definido em documento elaborado para a Diretoria de Ensino Superior do MEC, em 1965 (SERRANO, 1974). Entretanto, o próprio Atcon mencionou o fato de ter encontrado um esquema de estruturação proposto pela universidade onde já estavam previstos, por exemplo, os centros e departamentos (ATCON, 1974). Em relação às idéias de reforma existentes na PUC-Rio, Atcon fez críticas à organização carreirocêntrica dos departamentos e à nomenclatura dos futuros centros da universidade. Ele propôs a criação de um Centro de Estudos Gerais e de um Conselho de Coordenadores de Cursos, iniciativas bem próximas das propostas legais da Reforma Universitária de 1966/69, mas que não foram incorporadas ao projeto da PUC-Rio assim como permaneceram os departamentos carreirocêtricos e a nomenclatura original dos centros.

Avaliando a influência da participação de Atcon no processo de reforma da PUC-Rio, é importante desmistificar a idéia de que o plano de reforma da Universidade foi elaborado por Atcon. Nos relatos sobre a trajetória da PUC-Rio na década de 1960, é constante a menção, isto sim, à significativa influência de professores que fizeram doutorado no exterior, principalmente nos Estados Unidos, ou ao contato mantido com instituições como a Universidade de Brasília e o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

O professor Newton Sucupira, no seu primeiro parecer (BRASIL, 1968), no mesmo ano em que integrou o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária de 1968, chama a atenção para dois pontos de grande importância. Em primeiro lugar, ele enaltece a proposta de se conferir à Instituição novo conteúdo e sentido (na realidade, sua identidade de projeto original), visando realizá-la como autêntica universidade católica, restaurando a posição de destaque institucional das ciências humanas e de sua natureza confessional, como pode ser verificado neste trecho da apresentação do Projeto de Reforma:

O Centro de Teologia e Ciências Humanas deve constituir o ‘core’ da Universidade, de tal sorte que antes de qualquer compromisso, incumba-lhe a finalidade de realizar, em plenitude, o conceito de educação formulado pela PUC. (PUC/RJ, 1967, p.18)

Em segundo lugar, o relator, mostrando ter pleno conhecimento das verbas que a PUC-Rio vinha recebendo desde o início da década de 1960, faz um exame do plano de reestruturação da Universidade à luz dos princípios que orientavam a reestruturação das universidades federais, enfatizando seu processo de necessária identidade legitimatória frente ao Estado, para poder continuar a receber recursos do governo. Suas observações, no que tange às exigências, abrangeram não só aspectos ligados ao plano da estrutura e organização didática e administrativa como apontaram, também, problemas na estrutura de poder – inadequada presença de órgão da mantenedora no estatuto da Universidade (autonomia), falta de representação estudantil nos departamentos, excessiva presença da administração superior nos órgãos colegiados, falta de regimento dos centros, necessidade de lista tríplice elaborada pela universidade para escolha do reitor pelo Grão-Chanceler.

O Parecer 165/68, do professor Sucupira, ao estipular uma série de exigências que deveriam ser respondidas, gerou intensa movimentação na Universidade, inclusive com a manifestação de identidades de resistência por parte de segmentos da comunidade universitária que não haviam participado da elaboração do Projeto de Reforma, como, por exemplo, parte do corpo discente da Universidade.

Apesar de intensamente envolvidos em movimentos reivindicatórios de âmbito nacional, fomos encontrar um posicionamento dos líderes estudantis em relação ao projeto de reforma da

PUC na carta aberta que eles entregaram ao padre Arrupe, Superior Geral dos Jesuítas, quando de sua visita à Universidade em maio de 1968. Neste documento, publicado na íntegra pelo Jornal Escola (PUC-RJ, 1968), eles apontam distorções: (a) na concepção de universidade católica e no plano de reestruturação; (b) na aplicação de recursos às Faculdades de Ciências Técnicas e Naturais, em detrimento das Faculdades de Ciências Humanas e Sociais; e (c) na concentração da decisão em determinadas pessoas. Entretanto, a promulgação do AI-5 em dezembro de 1968, seguida pelo Decreto-lei nº477, em fevereiro de 1969, fez cessar todas as manifestações de resistência no meio universitário, com evidente impacto no movimento estudantil da PUC/Rio.

Infelizmente, as modificações estruturais feitas no projeto original da Reforma foram poucas e decorreram, principalmente, de exigências do Conselho Federal de Educação e adaptações à nova legislação promulgada no segundo semestre de 1968. Os centros continuaram sem definição regimental própria apesar do compromisso assumido em fazê-lo; a centralização administrativa permaneceu apesar de algumas modificações feitas; o papel da Mantenedora não foi alterado, isto é, o Conselho da Mantenedora deixou de constar dos Estatutos o que não significa que tenha realmente deixado de exercer papel de controle; a forma de escolha dos diretores permaneceu igual ao projeto original. Mesmo algumas exigências não foram atendidas. A forma de escolha do reitor foi mantida, com base em legislação promulgada posteriormente ao Parecer 165/68, que delegou aos estatutos das universidades particulares a competência para definição do processo de escolha de seus dirigentes.

Finalmente, uma última questão persiste: o que aconteceu em relação à proposta inicial de restaurar a posição de destaque das ciências humanas em função da natureza católica da Universidade? O problema da diferença entre os Centros, denunciada pelos alunos, se acentuou na fase de implantação da Reforma, na década de 1970 e início da de 1980, em favor da área tecnológica e em detrimento do Centro de Teologia e Ciências Humanas, idealizado como *core* da Universidade, e do Centro de Ciências Sociais. A identidade de projeto calcada na excelência do ensino e da pesquisa torna-se uma realidade consolidada em uma parte da instituição; para a outra parte ela se torna objetivo desejado mas ainda a ser alcançado.

Mudanças de Rota nos Anos 1980

A década de 1980 foi um período muito rico em movimentos sociais e mudanças de cenário que tiveram impacto bastante forte na trajetória da PUC-Rio, dos quais três se destacam: debates sobre a autonomia e democratização da gestão da universidade, no bojo do processo de abertura política; definição de novas orientações da Igreja, a partir do documento do episcopado

latino-americano reunido em Puebla e de pronunciamentos do Papa João Paulo II; e, declínio do aporte de verbas federais da FINEP para financiamento da pesquisa e da pós-graduação.

Já na segunda metade da década de 1970 a sociedade como um todo vinha passando por um período lento de abertura política, que veio culminar com a lei da anistia, em 1979. Neste período os estudantes começaram a reorganizar suas associações representativas, mas foi a criação, pelos professores, de associações profissionais dentro de cada instituição acadêmica que veio propiciar a introdução de novos atores em condições de debater questões relativas à autonomia e à democratização da universidade. A PUC-Rio se inclui entre estas instituições e data desta época, inclusive, a criação da sua Associação de Docentes - a ADPUC.

É importante registrar que, até este momento, não se alterara a estrutura de poder da instituição. Apesar de existir uma multiplicidade de órgãos colegiados, eles não tinham presença marcante no funcionamento da Universidade e o processo de escolha de dirigentes de unidades mantinha-se centralizado nas mãos da direção da Universidade, e esta, nas mãos da Mantenedora.

No início da década de 1980, parte também da Igreja orientação no sentido de uma maior participação da comunidade universitária na definição dos rumos da Universidade como uma instituição confessional, tendo em vista que “a participação constitui nota essencial da comunidade inspirada na fé cristã” (PUC-RJ, 1979, p.10). Esta citação feita no Relatório do ano letivo de 1979, lido pelo reitor na cerimônia de abertura dos curso de 1980, é por ele interpretada como forma de comunhão, mas com restrições, isto é, “em termos de universidade católica, [a comunhão] se traduz pela aceitação da estrutura básica da instituição.”(*idem*, p.10-11)

Em 1981, quando as restrições acima sugeridas se concretizaram na demissão de professores, em 1981, instalou-se uma crise institucional na Universidade, na qual a recém-criada ADPUC desempenhou um papel fundamental, de identidade de resistência para obter avanços no sentido de tornar a estrutura de poder mais condizente com a concepção de universidade no lugar de uma estrutura hierarquizada como a da Igreja. Entre os resultados obtidos pode-se contabilizar a reformulação do Estatuto em relação à contratação e demissão de professores, dando mais poder de decisão aos órgãos colegiados acadêmicos, e a introdução da lista tríplice para escolha dos diretores de departamentos, até então nomeados diretamente pelo reitor.

A partir destes ganhos iniciais, instalou-se na PUC/RJ uma situação de crescente debate sobre a questão da democracia interna da Universidade, por parte dos professores, em sintonia com propostas nascidas: (a) em outras instituições de natureza confessional, como a Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); (b) em associações como a Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES); e, (c) no próprio Ministério da Educação e Cultura. Algumas destas propostas foram, inclusive, debatidas em seminário promovido pela ADPUC em 1985, intitulado *Universidade na Democracia*.

No segundo semestre de 1986, professores e funcionários entraram simultaneamente em greve, a qual, deflagrada por motivos basicamente salariais, trouxe em seu bojo uma série de reivindicações que procuravam avançar em relação aos ganhos já obtidos: (a) por parte dos docentes, eleição de decanos e vice-reitores, ampla reforma dos Estatutos e eleição de todos os representantes docentes para o Conselho de Ensino e Pesquisa e para a Comissão de Planejamento e Alocação de Recursos, recém-criada; e, (b) por parte dos funcionários, participação nos colegiados superiores.

Em carta dirigida a professores e funcionários, o reitor da PUC-Rio chamou mais uma vez a atenção para a natureza particular e confessional da Universidade, sua identidade de projeto original, e afirmou que “uma reformulação que atingisse esses pontos essenciais não seria aceitável para quem quisesse manter os ideais que levaram à criação da Universidade” (MOURA, S.J., 1986, p.3). Em função desse posicionamento, ele não concordava com a reforma dos Estatutos e com a eleição de decanos e vice - reitores mas não via inconveniente em relação às demais reivindicações. Realmente, em relação à participação dos funcionários, eles começaram a integrar os colegiados superiores e os conselhos departamentais, desde dezembro de 1986, e as comissões gerais de departamento, a partir do final de 1987. Quanto à escolha do decano, conseguiu-se avançar no sentido de que a sua escolha fosse feita a partir de proposta do Conselho Departamental do Centro, após consulta aos departamentos, por meio de seus representantes. Somente os processos de escolha dos vice-reitores e do reitor permaneceram inalteráveis.

Em paralelo a todo este movimento pela democratização da gestão da Universidade, outros movimentos acenavam para a necessidade de mudança na trajetória que vinha sendo trilhada pela Instituição, desta vez encabeçada pela própria direção e explicitada no primeiro Plano Diretor da PUC-Rio, concluído em 1982.

Na introdução deste documento foi mais uma vez afirmado o compromisso com a excelência como identidade de projeto, tendo em vista que a Universidade “tem dado papel importante à pesquisa como criadora de conhecimento e como formadora nos alunos de uma capacitação elaboradora de projetos”(PUC/RJ, 1984, p.8). Entretanto, por influência dos já mencionados documento de Puebla e diretrizes do Concilio Vaticano II, assim como do documento de Medellin, participantes dos trabalhos de elaboração do Plano Diretor chamaram a

atenção para a importância que também deveria ser dada na década de 1980 às *atividades de extensão* na Universidade. Segundo eles:

Como decorrência deste compromisso de serviço à sociedade que a PUC assume, emerge a importância que deverá ser dada às suas atividades de extensão universitária, dimensão que lhe permitirá não somente ampliar o alcance de sua atividade de ensino mas também a intensificação de sua tarefa de promoção cultural.(PUC/RJ, 1984, p.11)

Apesar das várias iniciativas neste sentido, que pontuam a década de 1980, este novo compromisso com a extensão universitária, uma nova formulação da proposta inicial da instituição (em função da nova formulação das diretrizes da Igreja), não teve na comunidade acadêmica o mesmo impacto que a valorização das atividades de pesquisa, no início da década de 1960. A coexistência dessa dupla identidade de projeto pode ser ilustrada, por exemplo, no interesse explícito da direção da Universidade em ressaltar o caráter filantrópico e comunitário da instituição e a persistência na valorização (em termos de pontuação) enfática do compromisso com a pesquisa, em comparação às demais atividades desenvolvidas pelo corpo docente no seu cotidiano, que se evidencia na proposta de reestruturação da carreira docente, implantada em decorrência do mesmo Plano Diretor.

Este compromisso institucional com a pesquisa sofre um rude golpe no final da década de 1980, quando a FINEP deixa de financiar diretamente a PUC em suas atividades de ensino e pesquisa. Diante do fato, a Universidade estabelece novas metas de aumento quantitativo das vagas para os cursos de graduação, e passa a exigir dos professores mais titulados maior envolvimento com este nível de ensino. Paralelamente, procura incentivar a criação de cursos de especialização, presenciais e à distância, mas mantendo a mesma preocupação com a qualidade explicitada em relação a seus cursos regulares. No decorrer da década de 1990 a extensão, como prestação de serviços de ensino e pesquisa, também entra como uma das atividades estimuladas pela direção da Universidade. Em 1993 é criado o Instituto Gênesis para Inovação, com o objetivo de difundir a cultura do *empreendedorismo*; em 1995 é criada a Empresa Júnior e em 1997, a Incubadora de Empresas. Também a partir de 1997, passa a ser realizada anualmente a Mostra PUC, com o objetivo de estabelecer parcerias com empresas e propiciar oportunidades de estágio para os alunos de graduação.

Entretanto, estas iniciativas não desviam a instituição da preocupação de continuar seu caminho pioneiro na área da pós-graduação *stricto sensu*. Em 1994, por exemplo, é criado o programa de Mestrado em Design, considerado pela PUC-Rio como o primeiro mestrado nessa área na América Latina.

Balanço de uma trajetória

Dois traços institucionais marcam a identidade institucional da PUC-Rio: a natureza confessional e filantrópica da instituição e a excelência acadêmica.

Quanto ao primeiro traço, um membro de seu corpo docente, que demonstrou ter um conhecimento aprofundado da questão, afirmou nele coexistirem duas mentalidades de Igreja:

Existe uma corrente que talvez ponha ênfase no formal e jurídico, quer dizer, que o fato de ser católica supõe que um determinado grupo da Igreja detém a responsabilidade, ou, pelo menos a decisão sobre os cargos fundamentais[...] seria uma pastoral que se chama de cristandade, você garante o católico pelo institucionalmente católico.[...] A contraposição, o que se chama em Igreja de pastoral de fermento [...] não é uma imposição do elemento católico mas é uma política mais, se você quiser, de animação. (PA – 77- 25/26/27/28, *apud* SEGENREICH, 1990, p.490)

Segundo ainda este professor, a PUC, que tinha claramente um modelo na primeira linha, está em uma posição ambígua; mantém traços do primeiro modelo, mas já apresenta dinâmicas do outro modelo que são menos visíveis para a maioria da comunidade acadêmica. O Centro Loyola de Fé e Cultura, criado em 1993 com o objetivo de expandir o diálogo entre Fé e Cultura/Ciência, é um exemplo instituído desta nova dinâmica, juntamente com uma série de iniciativas que funcionam na Vice-Reitoria de Assuntos Comunitários.

Por outro lado, como um segundo traço institucional, é evidente a preocupação com a excelência acadêmica como caráter específico da PUC-Rio, principalmente na cabeça de seu corpo docente, como testemunha este dirigente:

O que quase todos os professores da PUC têm é uma obstinação por excelência, às vezes até meio doentia [...] o discurso da excelência acadêmica é, para mim, a cola dessa sociedade que nós temos na PUC. Isso foi uma mensagem que pegou. (DIR – 136 – 37/38, *apud* SEGENREICH, p.492)

Este mesmo dirigente chama a atenção para o fato de que este *ethos acadêmico* não veio trazido totalmente de fora, mas plantado pelos próprios jesuítas, nos anos 1960, como já relatado. Foi, mais uma vez, esta marca de excelência que possibilitou alcançar na última avaliação da CAPES, em 2003, conceitos entre 5 e 7 em 83% dos 25 cursos de mestrado e 16 de doutorado; e, conseqüentemente, manter um número significativo de bolsas de estudo para mestrandos e doutorandos, uma das bases para a sobrevivência deste nível de ensino em uma universidade particular.

Entretanto convivem nesta organização dinâmicas aparentemente contraditórias como, por um lado, esse esforço contínuo pela integração do ensino-pesquisa como identidade de projeto da

instituição, enfrentando toda sorte dificuldades em termos de recursos financeiros e, por outro, a tentativa de se desenvolver uma cultura de *empreendedorismo* e parceria com o mercado, aceita somente por uma parcela da comunidade universitária.

Para finalizar, como se caracteriza a PUC-Rio em termos de identidade institucional ou identidades institucionais? Na explicitação de sua missão e marco referencial, ela se identifica como uma entidade particular, confessional e comunitária, que busca a excelência na pesquisa, no ensino e na extensão. No quadro diferenciado de instituições de ensino superior, estabelecido pelo MEC a partir da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, a PUC é legitimada como uma Universidade de Pesquisa consolidada. Para a comunidade acadêmica, os seguintes dizeres do *poster* colocado na sala de espera da Vice-Reitoria Acadêmica retratam sua identidade de projeto:

PUC-RIO: ENSINO, PESQUISA E EXCELÊNCIA POR TRADIÇÃO

PUC-RIO: OPÇÃO PELA EXCELÊNCIA NO ENSINO

Referências Bibliográficas

ATCON, R.P. Proposta para a reestruturação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. In: SERRANO, José (org.). **Atcon e a universidade brasileira**. Rio de Janeiro: Câmara Brasileira do Livro, 1974. p. 203 – 250.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Parecer analisado 165/68. Reestruturação da PUC/RJ. **Documenta (82)**, 1968, p.58-66.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Editora Paz e Terra, (5ª edição), 2006.

FRANCA, Pe. L. **Alocuções e artigos** – t.I Rio de Janeiro:Agir, 1954.

FÁVERO, M.L.A . **Universidade e poder: análise crítica/ fundamentos históricos - 1930-45**. Brasília: Editora Plano, 2000.

LIMA, A. A. **Debates pedagógicos**. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1931.

MOURA, S.J., Pe. L. **Carta enviada a professores e funcionários**. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1986 (documento interno).

PUC/RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Estatutos da PUC/RJ.**Revista Verbum**, tomo XIX, fasc. 3, 1962.

_____. **Projeto de reforma da PUC**. Rio de Janeiro, 1967 (mimeo.).

_____. Diretórios apontam falhas da PUC. **Jornal Escola**, ano 3, n.14, 1968.

_____. **Anuário da PUC/RJ**. Rio de Janeiro, vol. XXXIX, 1979.

_____. **Plano diretor da PUC/RJ**. Rio de Janeiro, 1984 (Documento interno).

SALEM, T. Do Centro D. Vital à Universidade Católica. In: Simon Schwartzman. **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, 1982. p.97 – 136.

SEGENREICH, S.C.D. **Participação na universidade: as mil faces do cotidiano**. Tese de doutorado. Universidade federal do Rio de Janeiro, 1990.

SEGENREICH, S. C. D. **A inserção da EAD no Ensino Superior:** possibilidades e questões. (Projeto de Pesquisa). Rio de Janeiro: UCP, março de 2003

SERRANO, J. (org.). **Atcon e a universidade brasileira.** Rio de Janeiro: Câmara Brasileira do Livro, 1974. p.203 – 250.

SILVERMAN, D. **The theory of organisations** - a sociological framework. London: Heineman, 1970.